

**Raquel Freitas**

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

raquel.freitas@eui.eu

## **A eficácia da ajuda e a definição das políticas de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe**

Nos últimos anos tem-se registado uma preocupação significativa com a questão da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e de que forma é que esta pode contribuir para o desenvolvimento dos países e para a redução da pobreza. No âmbito da agenda internacional sobre a eficácia da ajuda, a conferência de Busan em 2011 estabeleceu uma parceria global para a cooperação para um desenvolvimento efectivo. No entanto os indicadores de monitorização desta parceria não foram ainda adaptados, e tem havido críticas à forma como são operacionalizados os princípios que estruturam o actual paradigma da ajuda ao desenvolvimento, definido pela Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005).

Algumas dessas críticas debruçam-se sobre o princípio da apropriação. Este princípio implica que os países devem ser os donos e ter a liderança sobre a elaboração das suas políticas de desenvolvimento e é aferido através da existência ou não de uma Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) operacional. De entre as várias críticas a esta operacionalização encontra-se acima de tudo a ideia de que os doadores continuam a dominar o processo de deliberação; o facto de as limitações dos países em desenvolvimento em termos de capacidades técnicas limita a possibilidade de real apropriação; a falta de participação alargada à sociedade civil e outros parceiros nacionais importantes para a natureza democrática do processo.

O objectivo deste artigo será identificar quais têm sido as limitações no caso de São Tomé e Príncipe na elaboração das ENRP (ENRP interina aprovada em 2000; ENRP aprovada em 2002 e revista em 2005). Através da análise da estrutura política que rodeia a elaboração destes dois documentos pretende-se chegar às dinâmicas por detrás da formulação das políticas de desenvolvimento e da priorização que é feita. Pretende-se analisar a forma como em São Tomé e Príncipe a interacção entre os grupos de doadores, governo e sociedade civil condiciona a natureza das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: eficácia da ajuda, redução da pobreza, São Tomé e Príncipe, políticas públicas

## Introdução

É internacionalmente reconhecida a ideia de que as opções sobre o desenvolvimento económico e social de um país devem ser da sua responsabilidade interna e derivar de um processo deliberativo autónomo, ligado ao processo democrático nacional. No entanto há diversos factores que constroem e limitam tal autonomia. Um dos factores clássicos de limitação da autonomia de decisão de um país é a dependência da ajuda ao desenvolvimento. Outro factor importante é a falta de capacidade das instituições existentes para definirem as suas próprias políticas de acordo com uma identificação rigorosa das necessidades e exercerem uma liderança efectiva sobre os seus processos de desenvolvimento.

A falta de capacidade das instituições reflecte uma limitação em termos de capital humano e social, cuja resolução depende em parte do investimento em formação e capacitação de quadros que venham a preencher lugares de liderança na administração pública nacional, mas também de outros factores institucionais e políticos, designadamente o empenho na boa governação. Por seu turno, a dependência da ajuda tem sido responsável por políticas impostas de fora através dos doadores internacionais e das Instituições Financeiras Internacionais (IFI).

A ajuda ao desenvolvimento obedece a paradigmas internacionais que estabelecem os critérios de eficácia da mesma. Um dos critérios fundamentais é o da apropriação nacional, ou seja, a possibilidade de o país desenvolver, liderar e coordenar a sua política de desenvolvimento. Essa deliberação deve ser o resultado de um processo também interno de participação democrática por parte dos interlocutores interessados, entre eles os parlamentos nacionais; poder local; sociedade civil, onde se inclui o sector privado, academia, Organizações Não-Governamentais (ONGs), etc. O que se pretende com o princípio de apropriação das políticas de desenvolvimento da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda de 2005 (Declaração de Paris), é inverter a tendência de direccionamento externo relativamente às opções políticas de um país receptor de ajuda e dar margem às instituições nacionais e à sociedade para decidir sobre as suas prioridades.

Apesar da importância dada a estas questões no âmbito da Declaração de Paris, tem havido críticas relativamente à real autonomia de decisão dos países em desenvolvimento, segundo as quais o princípio de apropriação tem uma função mais cosmética do que efectiva. Este artigo analisa o caso de São Tomé e Príncipe (STP), procurando identificar os constrangimentos à apropriação nacional e os progressos que têm sido feitos. Assim, começo por fornecer uma contextualização de alguns factores socio-económicos e históricos do país, no âmbito dos quais se tem processado a ajuda ao desenvolvimento, seguindo-se elementos sobre a elaboração das estratégias de desenvolvimento e redução da pobreza que o país tem produzido. Desde os anos 80 que as IFI têm desenvolvido estratégias programáticas para STP, mas a estratégia nacional de redução da pobreza (ENRP) é introduzida em 2000 com a versão interina, seguida em 2002 da estratégia que vigorou até ao presente, fase em que está

a ser finalizada uma nova estratégia.<sup>1</sup> Em função desta evolução, traçada com base em fontes secundárias, será depois examinado o conteúdo e processo de elaboração das estratégias e o peso dos diferentes actores envolvidos no mesmo, com base na análise das próprias estratégias e de entrevistas com interlocutores-chave.

## **Contexto sócio-económico e histórico em STP**

São Tomé e Príncipe foi colonizado por Portugal até 1975, ano em que se tornou independente, tendo adoptado o sistema semi-presidencialista. Até 1990 vigorou o regime de partido único, altura em que foi introduzido o regime de democracia multipartidária e o enquadramento institucional adaptado ao seu funcionamento. Em 1990, após um referendo, foram introduzidas alterações na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, as quais consagram o princípio da separação e interdependência de poderes, o Estado de direito democrático e uma série de direitos, incluindo direitos sociais, económicos e culturais (República de São Tomé e Príncipe, 2003). Apesar da realização regular de eleições desde os anos 90, o país tem vivido bastante instabilidade política, com alterações frequentes de governo e tentativas de golpe de Estado em 1995 e 2003. Isto faz com que STP seja classificado como Estado frágil de acordo com os critérios do Banco Mundial e da OCDE.

E a economia de STP sofreu três tipos de pressão até aos anos 2000, que explicam o seu declínio e estagnação: o efeito dos choques externos, uma política nacional instável e desadequada e as medidas de ajustamento (Barbosa, 2001). Para além disso, “o “déficit” geral de mudanças estruturais e o fraco progresso no desenvolvimento das capacidades humanas fazem com que as estratégias de desenvolvimento orientadas para os objectivos de longo prazo não tenham sucesso.” (Barbosa, 2001, p. 114).

A situação social, económica e cultural mantém-se muito debilitada, encontrando-se o país no 144º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011, o que representa uma variação negativa relativamente a anos anteriores e coloca o país na categoria de desenvolvimento humano baixo (PNUD, 2011). Com uma população de cerca de 162.000 habitantes em 2009, STP teve entre 2005 e 2009 um crescimento do produto interno bruto anual na ordem dos 9.7%, sendo que em média 23% do mesmo provem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (World Bank, 2011b). A partir de 2009 houve uma inversão desta tendência de crescimento, levando também a um abrandamento do Investimento Directo Externo (IDE) e da economia no seu todo, o que deixa menor margem ao governo para investimento público. Para além disso, apesar de ter beneficiado do alívio da dívida no âmbito da iniciativa relativa aos países altamente endividados (Highly Indebted Poor Countries – HIPC), a análise de sustentabilidade da dívida de STP de 2010 ainda classificava o país como de alto risco de incumprimento e vulnerável a choques externos (AFDB, 2012). Segundo o FMI, apesar de estar em curso uma recuperação gradual, a estabilidade macro-económica

<sup>1</sup> MPF STP (2000). Interim Poverty Reduction Strategy Paper for 2000-02. Retirado de <http://www.imf.org/external/np/prsp/2000/stp/01/>, acedido em 05/03/2012.; MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de [http://www.juristep.com/relatorios/estrategia\\_reducao\\_pobreza.pdf](http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf), acedido em 05/03/2012.

continua difícil de atingir e o país corre o risco de sofrer as repercussões da instabilidade financeira na Europa (IMF, 2011).

Apesar de haver poucos dados recentes sobre a evolução da pobreza em STP, sabemos que em 2001 53.8% da população vivia em situação de pobreza, com 37.8% a viver abaixo da linha de pobreza e 15.1% em pobreza extrema. Isto representou um aumento de 10% relativamente a estudos que tinham sido feitos durante os anos 90 (Human Rights Council, 2011). Actualmente estima-se que estes valores possam ter piorado devido às flutuações nos preços do cacau, que afecta as receitas das exportações e particularmente as famílias nas zonas rurais, levando igualmente a um aumento das migrações para zonas urbanas (IFAD e IMF, 2012). Não estando ainda publicados os resultados do Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) realizado em 2010, parece haver dificuldade em analisar a evolução dos progressos na redução da pobreza e programar a estratégia para o futuro.

Segundo o IDH, 29% da população vivia em 2009 no limiar da linha internacional de pobreza, e 53.8% abaixo da linha de pobreza nacional, tendo em conta dados obtidos em inquéritos relacionados com Demografia e Saúde (PNUD, 2011). Vários estudos apontam no sentido de uma melhoria em diversos indicadores de pobreza, designadamente ao nível da educação, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e ligeira redução da pobreza, mas que a pobreza não está a diminuir ao nível desejável e que as desigualdades estão a aumentar (UNDP, 2011).

A versão preliminar de monitorização da Declaração de Paris de 2011 (OCDE, 2012) não faz a análise das implicações da evolução dos níveis de pobreza, o que surpreende dado o facto de este exercício se destinar a acompanhar os procedimentos conducentes à eficácia da ajuda e consequentemente aos esforços no sentido da redução da pobreza.

A identificação de potencial de exploração de petróleo ao largo da costa de STP, prevista para começar a dar resultados em 2016, configurou uma inflexão na perspectiva de desenvolvimento do país. O governo, estimulado pela comunidade internacional, desenvolveu uma política destinada a regular os efeitos da exploração do petróleo e a evitar a chamada armadilha do petróleo (Seibert, 2008). Muitas vezes os proveitos deste recurso natural produzem crescimento económico impressionante, mas que é acompanhado pela perda de importância de outras actividades económicas produtivas, e não se reflecte em impactos ao nível da redução da pobreza. As políticas de prevenção e transparência na gestão dos recursos do petróleo, assentes num fortalecimento das instituições têm sido vistas como exemplo de sucesso noutros países, pela promoção de boa governação e uma gestão prudente e transparente dos proveitos, estimulando o crescimento económico e o desenvolvimento do país, como é o caso de Timor-Leste (AFDB, 2012).

Estimulado por pressão externa, o governo de STP produziu legislação específica em Dezembro de 2004, destinada a orientar as formas de utilização dos rendimentos do petróleo e regular pagamentos, gestão, utilização e monitorização dos recursos provenientes dos negócios do petróleo, a qual inclui também regras fiscais sobre utilização desses recursos nos orçamentos anuais do Estado. No entanto existem sinais

contraditórios relativamente à vontade política nacional para implementar tal legislação (Seibert, 2008). Uma das formas de colmatar os efeitos nefastos da armadilha do petróleo é também o investimento na diversificação dos sectores produtivos, com o desenvolvimento de uma visão estratégica sobre o futuro da economia do país. Dois sectores apontados como chave para STP são a agricultura e o turismo.

Sabemos que o factor petróleo ainda não se reflecte em menor dependência da ajuda externa ou maior “espaço político” por parte do governo, e pelo contrário, resultou em aumento das importações de mercadorias e expansionismo orçamental, deteriorando a balança corrente e aumentando a vulnerabilidade do país.

## **Historial das estratégias**

O antecedente histórico da ENRP insere-se no contexto do ajustamento estrutural dos anos 80. Desde 1986 que se têm organizado mesas redondas de doadores para STP, com o apoio da comunidade internacional com o objectivo de recolher financiamento para o desenvolvimento. No entanto a sua implementação tem falhado sistematicamente por diversos motivos, entre eles a falta de capacidades e por complicações nas relações pessoais, que constituem um elemento importante do processo de decisão no país.

A iniciativa HIPC surge em 1996, com o objectivo de dar assistência extraordinária aos países elegíveis, para permitir assumir o serviço da dívida sem comprometer mais o crescimento. Só em finais da década de 90 foram introduzidas as ENRP, uma abordagem programática iniciada juntamente entre o FMI e o Banco Mundial que permite estruturar os mecanismos de financiamento concessional e alívio da dívida destas instituições, designadamente o financiamento HIPC do Banco Mundial e a Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) do FMI.

Uma vez que STP não atingiu as metas de ajustamento estrutural em 2000 e 2001 o FMI suspendeu o PRGF em Novembro de 2001, o que implicou a execução de um programa intercalar monitorizado internamente pelo FMI, que foi estendido até 2005 quando foi aprovado um novo acordo PRGF cuja implementação também era condição para o alívio da dívida.

O endividamento de STP vinha crescendo ao longo das décadas, até que em 2000 o Banco Mundial e FMI decidiram que STP preenchia os requisitos para o ponto de decisão da iniciativa HIPC com um alívio da dívida na ordem dos 82.6% (FMI, 2007). A existência da ENRP contribuiu decisivamente para esta decisão, bem como o cumprimento de critérios de gestão, governação e sectores sociais e de macro-estabilidade. Apesar de algumas derrapagens devido ao golpe de estado em 2003 (Wood, 2006) e antes do período eleitoral de 2006, o país conseguiu retomar o rumo, tendo as IFI decidido aumentar o alívio da dívida para 82.9% e levar STP ao cancelamento da dívida em 2007. As IFI recomendaram ainda financiamento adicional para colmatar os efeitos negativos dos factores exógenos que degradaram a economia de STP.

A questão da pobreza entrou assim mais explicitamente na agenda em STP nos inícios da década de 2000 por estímulo externo, face à degradação constante dos

indicadores de pobreza. O combate à pobreza tem vindo a ser desenvolvido no quadro referencial da ENRP, documento elaborado de forma participativa em 2002, aprovado em 2003, e reformulado em 2005. Esta estratégia foi complementada pelo Plano de Acções Prioritárias 2006-08 (PAP). No entanto, as avaliações feitas às estratégias existentes no início da década de 2000 indicam que nelas não é realmente assumida a luta contra a pobreza como o motor do desenvolvimento. A sua matriz de acções e medidas de políticas “continua a ter um conjunto de áreas e objectivos, abrangendo todos os sectores da vida nacional, sem estabelecer prioridades a partir da luta contra a pobreza.” (Sangreman, 2001, p. 20). Por outro lado o nível de condicionalismo é elevado, por vezes com efeitos perversos para as populações mais pobres e vulneráveis (Wood, 2006).

A estratégia interina, de 2000, constitui o primeiro documento de base para a ENRP, e de igual modo foi preparado pelas autoridades com ajuda técnica do Banco Mundial e do FMI, o que significa na opinião de vários observadores, que foi elaborado pelas IFI.

A ENRP assenta assim em cinco pilares: reforma das instituições públicas, capacitação e promoção da boa governação; crescimento acelerado e redistributivo; criação de oportunidades para aumentar e diversificar o rendimento dos pobres; desenvolvimento de recursos humanos e acesso a serviços sociais básicos; adopção de mecanismos para monitorizar, verificar, e actualizar a estratégia. A ENRP inclui uma matriz de políticas que operacionaliza estes vectores num Plano de Acção até 2015 e define os seguintes objectivos: crescimento do PIB a uma taxa de 5% a partir de 2003; redução para metade da percentagem de população a viver na pobreza até 2010 e a menos de 1/3 em 2015; fornecimento de serviços básicos a toda a população até 2015 e ajudar a melhorar a qualidade de vida; reduzir as desigualdades sociais e geográficas; promoção de capacitação institucional e boa governação.<sup>2</sup> A real ligação destes documentos com a pobreza e argumentação sectorial encontra-se nos seus anexos e nas estratégias sectoriais desenvolvidas à margem.

Está presentemente em fase de aprovação uma segunda ENRP, elaborada também por pressão exterior, mas com muito menos ênfase quer dos doadores quer do governo, pelo que terá sido um processo muito menos participativo e organizado sobretudo para cumprir critérios internacionais. Uma nota de Abril de 2011 do Banco Mundial explica que a organização irá programar a ajuda a curto prazo para STP com base numa estratégia interina e não na Estratégia de Assistência ao País (EAS), que é o documento estratégico que orienta a programação, uma vez que o governo ainda não tem a nova ENRP pronta (World Bank, 2011a). A anterior EAS assentava no apoio ao país para gerir de forma transparente os recursos provenientes do petróleo esperado inicialmente em 2012, mas a incerteza relativamente à produção de petróleo contribui também para a necessidade de adiar a elaboração da EAS.

Verifica-se uma desconexão entre os objectivos grandiosos plasmados nas estratégias, que apontam para um nível de ambição ainda maior do que os prazos dos ODM, e a capacidade de implementação por parte das instituições nacionais. Isto

<sup>2</sup> MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de [http://www.juristep.com/relatorios/estrategia\\_reducao\\_pobreza.pdf](http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf), acedido em 05/03/2012.

pode representar uma atitude por parte do governo de STP, de colocar intenções no papel sem uma avaliação da capacidade de atingir esses objectivos ou mesmo sem ter a vontade política de o fazer. Neste último caso isto significa uma desvalorização do peso político das ENRP uma vez que limita o seu impacto. Em 2010 estava a ser desenvolvido um Plano Estratégico de Desenvolvimento mais abrangente, mas a sua conclusão estava dependente da conclusão do Inquérito ao Orçamento das Famílias, o qual parece estar concluído mas os seus resultados não estão ainda amplamente divulgados.

Há pouco acesso a informação estatística sobre desenvolvimento do país e os esforços envidados no sentido do financiamento das estruturas responsáveis por essa recolha e tratamento acabam por não ter resultados sustentáveis por não haver uma integração institucional dos seus contributos. Isto também se relaciona com o efeito perverso do desfasamento entre a actualização de dados e a elaboração das estratégias, as quais devem idealmente ser baseadas na informação concreta sobre a realidade no terreno.

### **Elaboração das estratégias: consultas e participação**

A elaboração das ENRP é estimulada pelas IFI e a sua preparação é orientada por um guião do Banco Mundial (World Bank, 2001) contendo um elevado grau de pormenor relativamente às várias temáticas a abordar. Também no âmbito da Declaração de Paris as ENRP constituem o elemento de orientação para os doadores no sentido do alinhamento dos seus programas de ajuda bilateral ao desenvolvimento. Birseid (Briseid, Collinson et al., 2008) argumenta que uma vez que o “PRSP Sourcebook” do Banco Mundial é o guião para a elaboração das ENRP, o grau de divergência das ENRP de cada país com o guião poderia ser um indicador de apropriação face à dimensão externa. O facto de frequentemente os primeiros drafts da estratégia serem elaborados por técnicos contratados pelos doadores também contribui para um grau de convergência significativo entre as prioridades enunciadas e a visão dos doadores sobre essas prioridades.

A ENRP interina (2000) refere a existência de consultas em STP, designadamente aos pobres urbanos e rurais (MPF STP, 2000). Esta estratégia reconhece claramente a importância da apropriação das políticas, para o sucesso da redução da pobreza e mesmo do crescimento: “O sucesso da nova estratégia de crescimento e redução da pobreza tem impactos fundamentais sobre a capacidade das autoridades identificarem fontes de crescimento através de consultas aprofundadas com a população e da coordenação das actividades entre a comunidade de doadores. É fundamental que a gestão dos projectos de investimento público seja apropriada pelas autoridades e enquadrados numa estratégia de crescimento de longo prazo.” (MPF STP, 2000, p. 19) (tradução da autora).

A ENRP aprovada em 2003 foi elaborada através de uma equipa do Ministério do Plano e Finanças, assistido por seis grupos temáticos formados por membros do governo e representantes dos parceiros: doadores e sociedade civil. Em Setembro



de 2005, no contexto da actualização da ENRP, o governo organizou um workshop nacional com a participação das autoridades do governo central regional e local. Também organizou várias consultas a stakeholders no âmbito da formulação do plano prioritário para implementação da ENRP (2006-2008) (MPF STP, 2007).

O Banco Mundial (World Bank, 2006) refere a existência de várias consultas aos stakeholders no desenvolvimento da ENRP em 2002, para além dos comités e grupos temáticos, também consultas a nível regional com a participação de ONGs, grupos religiosos, sindicatos e partidos políticos. No entanto o relatório do Banco Mundial apresenta uma linguagem vaga que sublinha uma diversidade de fóruns de participação e contributos para drafts mas não especifica o processo nem avalia até que ponto esses inputs foram efectivamente tidos em consideração na estratégia final. A sociedade civil em STP conta com várias ONG e outras associações, as quais no entanto enfrentam vários tipos de limitações, entre elas uma fraca capacidade de organização, de visão estratégica, de intervenção eficaz e de participação efectiva nos debates sobre políticas e programas de reforma (Cravo, Londaitzbehere et al., 2010, p. 12). Isto implica que, apesar da existência de reuniões o seu contributo efectivo para os inputs da ENRP terá sido reduzido.

Apesar de o processo de elaboração ter seguido uma estratégia participativa, os índices de participação e de apropriação do Governo e dos sectores no processo de implementação foram em geral baixos (David, Tiny et al., 2012). Assim, também o envolvimento da sociedade civil, sobretudo de algumas instituições chave, foi tido como deficiente. Um estudo realizado em São Tomé sobre a influência dos líderes nos resultados das deliberações participativas demonstrou que tal influência pode ser muito significativa (Humphreys, Masters et al., 2006), pelo que seria útil aprofundar as formas de participação local.

O envolvimento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe na elaboração da ENRP foi muito limitado, contando com a participação de alguns parlamentares nas consultas mas estando uma grande parte dos mesmos alheia ao processo e inclusivé ao conteúdo das ENRP. Não é necessária a aprovação pelo parlamento da ENRP nem dos planos de desenvolvimento, excepto no que se refere aos rendimentos do sector petrolífero. Ocasionalmente há exercícios de prestação de contas por parte dos ministérios sectoriais, os quais envolvem o parlamento, dada a necessidade de aprovação do orçamento, mas mesmo assim trata-se de um papel limitado. No entanto, curiosamente, foram desenvolvidas ao abrigo da ENRP, uma série de acções de reforma parlamentar (David, Tiny et al., 2012).

Não é muito clara a natureza do envolvimento das autarquias neste processo, uma vez que o Banco Mundial refere que a implementação da estratégia é demasiado centralizada pelo governo e os municípios não têm recursos para implementar, enquanto que a avaliação da ENRP refere que a dificuldade do governo coordenar as acções descentralizadas na fase de implementação (David, Tiny et al., 2012). A avaliação também faz a mesma observação relativamente aos parceiros de desenvolvimento, não se percebendo se é sobretudo aqui que está o problema. No entanto emerge a ideia de alguma tensão entre o poder central e local na formulação e



implementação da ENRP.

Há também uma forte limitação técnica no acesso a informação estatística actualizada, que se traduz na desadequação dos pressupostos da ENRP no contexto actual, dado o facto de a estratégia ter sido elaborada há tanto tempo e os dados de base e identificação de necessidades não terem sido actualizados. A primeira ENRP em STP contou com uma base de dados do Inquérito ao Orçamento Familiar realizado na época (2001), que fornecia uma clara imagem da realidade. Durante a sua implementação foi difícil obter informação estatística relativamente aos progressos, o que dificultou a monitorização. A presente estratégia estará a ser elaborada ao mesmo tempo que os dados do último IOF (2010) são processados, o que poderá justificar o atraso que se verificou na sua aprovação.

Parece haver um debate interno sobre se o enquadramento orientador desejável para o futuro é uma ENRP face a um plano alternativo de desenvolvimento do país (David, Tiny et al., 2012). Estas diferenças de perspectiva relativamente à visão de desenvolvimento e a sua relação com a pobreza vão divergindo conforme os governos o que impede a continuidade e coerência na estratégia de desenvolvimento. Sendo a ENRP um compromisso interno e externo, deveria haver uma responsabilização continuada dos diferentes governos pela sua execução. Caso contrário tal reflecte o facto de se tratar de uma estratégia imposta que não resulta de uma real apropriação da sociedade civil nem do Parlamento, esfumando-se assim a sua legitimidade democrática.

## **Implementação da ENRP**

A implementação da ENRP em STP revelou dificuldades significativas e na prática terá sido quase abandonada. Tratou-se de um processo que mal se foi aguentando nos primeiros anos, revitalizado pela mesa redonda de doadores de 2005 mas a partir do cancelamento da dívida em 2007 parece ter sido posto de lado. Isto mostra que o condicionalismo da ajuda não produz sustentabilidade e que se não houver uma vontade política efectivamente enraizada para o combate à pobreza e uma real apropriação nacional, muito dificilmente haverá um investimento continuado nas áreas impostas uma vez retirados os incentivos da condicionalidade. A falta de entendimento político sobre qual deve ser o peso da redução da pobreza na estratégia de desenvolvimento também contribui para estas dificuldades. Para além disso, problemas de ancoragem institucional ligados à ineficácia das estruturas de acompanhamento e a proliferação e descoordenação dos mesmos dificultaram ainda mais a implementação das ENRP. Finalmente, coloca-se a questão da responsabilização democrática e real prestação de contas por parte dos governos aos seus cidadãos pelos maus resultados. Não havendo uma penalização pela má performance, dificilmente a protecção dos mais vulneráveis será um assunto prioritário.

## Ineficácia das estruturas de acompanhamento

A coordenação do processo de implementação da ENRP é da responsabilidade de uma unidade no Ministério do Plano e Finanças, chamado o Observatório de Redução da Pobreza (ORP).<sup>3</sup> Através deste órgão estabeleceu-se o MISA (Mecanismo de Implementação, Seguimento, Avaliação e Actualização) da ENRP, que procurou dinamizar as diferentes estruturas de implementação (Conselho Ministerial, Conselho Consultivo, Comité Técnico Multisectorial).

O observatório conta com o apoio técnico e material do PNUD e do BAD. Elaborou o relatório de implementação da ENRP até 2008 e o plano de acção para a actualização da mesma. Iniciou a recolha de informação para o relatório de implementação de 2009 mas a tarefa foi descontinuada. Segundo o Banco Mundial o ORP não tem desenvolvido as actividades previstas devido a falta de recursos e capacidade. Segundo o relatório de implementação da ENRP de 2007 (MPF STP, 2007) os principais constrangimentos invocados foram a instabilidade política, a inexistência de programação e acompanhamento sectorial que dificultou a acção dos pontos focais (os quais entretanto foram desactivados), a inexistência de um mecanismo de concertação entre o governo e os parceiros financeiros para a implementação.

Apesar de haver um financiamento para apoio ao acompanhamento da ENRP inicialmente previsto para o período 2004-2006 de 300.000 USD, o valor efectivamente disponibilizado até 2009 foi de 620.000USD, o que representa um aumento de 207% sobre o valor inicial. No entanto, apenas 66% dos recursos foram programados, o que demonstra a dificuldade de absorção dos recursos nesta área por parte das autoridades de STP (PNUD, 2009). Segundo a avaliação efectuada pelo PNUD, tal deveu-se a vários factores: falta de integração do mecanismo de acompanhamento no seu enquadramento institucional; falta de capacitação ao nível sectorial; elevada mobilidade dos recursos humanos capacitados penaliza os resultados esperados; fraca apropriação e acompanhamento governamental; fonte dos indicadores incompleta; dificuldades de acesso aos dados (PNUD, 2009, p. 5).

A avaliação da ENRP refere como uma das justificações para a baixa implementação dos objectivos nos primeiros três anos, a ausência de uma estrutura de coordenação em funcionamento para o seguimento da ENRP (David, Tiny et al., 2012). Tal estrutura foi criada em 2005, ao que se seguiu um novo Plano de Acções para o período 2006-2008, que foi acompanhado de uma melhoria na implementação. Isto ilustra a importância da existência de estruturas nacionais de coordenação, quer para a articulação entre os ministérios sectoriais, quer para a coordenação dos parceiros, sobretudo dos doadores. No entanto mesmo assim a avaliação da ENRP classifica o funcionamento deste organismo como ineficiente devido à fraca apropriação institucional, por um lado devido a dificuldades financeiras e de capital social, por outro lado pela definição pouco clara do papel do ORP. Isto deveu-se em grande parte a dificuldades na mobilização e à eliminação dos pontos focais do ORP, elementos essenciais do seguimento da estratégia.

<sup>3</sup> O Ministério do Plano e Finanças foi renomeado como Ministério das Finanças e da Cooperação Internacional (MFCI), tendo a responsabilidade pelo planeamento passado para o Ministério do Plano e Desenvolvimento.

Por outro lado, havia um conselho ministerial e um conselho consultivo com papel de coordenação e supervisão, mas devido a fraca apropriação e engajamento da estratégia pelas autoridades também não cumpriram esse papel, não existindo registos de que esses órgãos tenham reunido para implementação da estratégia.

Desde 2008, um novo PAP não foi elaborado pelos serviços de planeamento, porque o Estado quis comprometer-se no novo exercício de planeamento que deu origem ao projecto de Plano Estratégico para o Desenvolvimento e para a Redução da Pobreza (2010-2015). Isto explica que em 2009, o Observatório não se tenha comprometido no processo de elaboração de um relatório de acompanhamento sobre a implementação do PRSP, mesmo não estando o novo plano completo (Costa, 2010, p. 55).

O processo de coordenação da ajuda ao desenvolvimento foi transferido em 2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Planeamento e Finanças, mantendo-se apenas a colaboração com a Direcção da Cooperação do MNE.

O Ministério do Plano e Finanças também sofreu alterações institucionais. Actualmente está dividido em Ministério do Plano e Desenvolvimento (responsável pela ENRP) e Ministério das Finanças e Cooperação Internacional. O Director da Cooperação Internacional é responsável pela coordenação da ajuda. Esta unidade pertencia ao MNE e passou para as Finanças, embora fisicamente se mantenha no mesmo local. A Unidade de Coordenação das Ajudas é que faz o trabalho de coordenação e foi criada por insistência dos doadores. No entanto esta unidade não consegue coordenar efectivamente devido a, entre outros factores internos já referidos, a descoordenação entre os doadores e o facto de estes interagirem directamente com os ministérios sectoriais. Existe uma falta de orientação política relativamente aos objectivos e mecanismos institucionais da ajuda internacional e o PNUD tem assistido o governo no estabelecimento de mecanismos de gestão e coordenação da ajuda, embora sem grandes resultados devido em parte também à elevada rotatividade dos funcionários.

A fraca apropriação por parte do governo e dos sectores relativamente à ENRP foi um dos factores apontados para o fraco desempenho da implementação da ENRP e respectivos PAP (David, Tiny et al., 2012). O mesmo documento refere que o impacto da ENRP ficou prejudicado pela fraca apropriação do documento por parte da sociedade civil e administração pública, nos seus diversos níveis. Este problema é em parte atribuído a ausência de uma estratégia de comunicação e disseminação. Isto parece resultar do facto de em 10 anos não ter sido discutida uma nova estratégia, o que levou a que os interlocutores que entraram no processo não a conhecessem nem tivessem participado nas discussões originais. Além disso, nem todos os sectores tinham estratégias específicas, alinhadas com a ENRP.

Esta fraca apropriação reflecte-se na falta de consciencialização por parte das autoridades nacionais de que a estratégia constitui um instrumento fundamental de Governação (David, Tiny et al., 2012). Apesar de se terem criado vários grupos temáticos, envolvendo representantes do sector privado e sociedade civil, o que fica da avaliação é que eles não tiveram muita apropriação nem envolvimento na implemen-

tação. Também a diversidade de sectores e áreas visadas pela ENRP dificultaram a coordenação e complementaridade. As despesas dos ministérios sectoriais também têm tido fraco progresso no alinhamento com as prioridades da ENRP e o orçamento do Estado também está pouco alinhado com a ENRP, mesmo em termos de classificação das rubricas (UNCT, 2012).

## **Proliferação e descoordenação dos instrumentos de planeamento**

Um indicador do nível de intervenção das agências internacionais na definição da política de desenvolvimento em STP é o facto de estratégia de desenvolvimento de longo prazo que existe (National Long-Term Perspective Study (NLTPS)) (MPF STP, 1998) ter sido elaborada com assistência do PNUD e Banco Mundial em 1998, mas em 2006 verificava-se que o governo ainda não tinha aceiteado plenamente a visão nela contida (World Bank, 2006). Isto mostra algum grau de autonomia embora não necessariamente por possuir uma posição distinta. Este documento de longo prazo contempla o papel do petróleo na economia no longo prazo, e a possibilidade de afectar parte dos rendimentos para políticas de redução da pobreza e outros planos nacionais de desenvolvimento em curso. Não houve pois a possibilidade de derivar a ENRP desta outra estratégia. Tal deve-se mais a uma falta de vontade política do que a uma visão oposta sobre as opções políticas.

Há também uma desconexão entre a ENRP e as estratégias de desenvolvimento sectoriais, que não são influenciadas por aquela, sendo a única ligação entre os ministérios sectoriais e a ENRP, o Programa de Acção Prioritário (2006-2008). Alguns planos sectoriais foram actualizados para se adaptar à ENRP, entre eles no sector das infra-estruturas, saúde, educação e ambiente. No entanto o relacionamento entre os pontos focais estabelecidos no âmbito do Observatório da Pobreza para monitorizar a implementação do PRSP a nível sectorial não tiveram força política nem apoio logístico que lhes permitisse desempenhar as suas tarefas de forma eficiente, e acabaram por ser suprimidos (Costa, 2010), o que revela a dificuldade de envolvimento dos sectores com a política central. Segundo algumas fontes isto deveu-se a inexistência de financiamento prometido pelos doadores. Este factor revela a falta de prioridade atribuída a estas actividades no sentido em que o governo não vê a utilidade de investir nas unidades de coordenação e na ausência de financiamento externo para garantir esse serviço, não destina fundos para tal finalidade. Logo, há uma falta de apropriação.

Por outro lado, segundo o FMI (FMI, 2009) há uma fraca aderência do Orçamento Geral do Estado (OGE) às directrizes da ENRP, não tendo havido envolvimento suficiente dos organismos na construção dos objectivos da ENRP para garantir a sua implementação e também que os OGE seguintes espelhem os seus objectivos. Para garantir implementação o FMI menciona também a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil e sector privado.

A ligação da ENRP com o OGE é feita através do Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP), e esta por sua vez definida com o FMI. De acordo com o MPF (MPF

STP, 2011), em 2010 o governo tinha como objectivo o aperfeiçoamento da gestão macroeconómica de acordo com o QDMP. Isto mostra como acaba por haver uma estreita ligação de orientação entre o que é formulado ao nível da ENRP.

A avaliação da ENRP (David, Tiny et al., 2012) sublinha a importância do documento como referência para orientação de políticas de médio e longo prazo do país, na ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento. Tem também sido o documento de orientação na relação com os doadores. Afirma também a subordinação dos programas dos sucessivos governos bem como as Grandes Opções do Plano ao quadro de referência da ENRP. No entanto, verifica-se uma desarticulação entre os instrumentos de planificação de longo prazo existentes no país nomeadamente NLTPS e a ENRP. Do mesmo modo, os instrumentos de curto prazo apresentam também pouca ligação entre eles e particularmente em relação a ENRP, desarticulação essa que se reflecte também na fase de implementação.

## **Influência externa**

No relacionamento com o exterior verifica-se não só uma falta de orientação como uma forte receptividade das autoridades de STP à influência externa porque há uma forte dependência da ajuda internacional. No entanto, tratando-se STP de um país pequeno e com pouca importância estratégica para a maioria dos doadores, estes não têm também agendas muito marcadas que se oponham a prioridades nacionais. Essencialmente verifica-se uma imposição do modelo de desenvolvimento de matriz neo-liberal que é imposto a todos os outros países que recebem apoio ao desenvolvimento, mas isto não tem representado uma fonte de tensão com o governo. No fundo o modelo imposto representa uma “estrutura de verdade” aceite pela generalidade dos governos desde os programas de ajustamento estrutural e que não tem sido desafiado por outras alternativas ideológicas.

Para ilustrar o grau de dependência da ajuda, quer sob empréstimos quer sob donativos, entre 2003 e 2010 o programa de investimento público (PIP) que sustenta a ENRP foi assegurado em 79% por estes recursos, sendo apenas 21% de origem interna (David, Tiny et al., 2012). A Ajuda Pública ao Desenvolvimento líquida representou em 2009 15,8% do PIB (PNUD, 2011).

Muita da ajuda internacional é canalizada sob a forma de projectos e assistência técnica. Houve considerações por parte dos doadores sobre a possibilidade de dar apoio directo ao orçamento, designadamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Europeia e Taiwan, mas sendo STP um Estado frágil e com alguns problemas ao nível da boa governação, não tem havido muito entusiasmo por parte dos doadores tradicionais relativamente a esta modalidade de ajuda. Um exemplo particularmente notório das dificuldades ao nível da governação é a classificação que STP obtém no ranking de transparência dos orçamentos, segundo a International Budget Partnership (International Budget Partnership, 2010), que atribui ao país a classificação 0 em 100, por praticamente não fornecer informação ao público relativamente ao orçamento central e a actividades financeiras, tornando virtualmente impossível aos

cidadãos responsabilizarem o governo pela gestão dos fundos públicos.

No entanto, outros doadores não apresentam as mesmas reservas e STP tem estado a receber e também prometido apoio directo ao orçamento por parte de países como o Gabão, Nigéria, Angola. A emergência de novos doadores tem permitido a STP desenvolver uma política de diversificação dos doadores. Estes doadores proporcionam maior autonomia ao país e não exigem a existência de estratégias de desenvolvimento nem de boa governação sobre o petróleo para dar apoio ao orçamento. O aumento dos recursos externos gerou mais oportunidades de práticas corruptas e alimenta uma elite pequena e relativamente rica (Seibert, 2006, p. 289) .

Outros doadores emergentes como o Brasil têm assumido protagonismo nesta área, desenvolvendo uma cooperação sobretudo assente na assistência técnica e com um modelo de ajuda supostamente menos intrusivo na política interna do país parceiros (Cabral).

Segundo a avaliação feita à implementação da Declaração de Paris em STP (OCDE, 2012), desde a adesão à Declaração de Paris em 2005, apenas houve progressos ao nível da eficácia da ajuda no que diz respeito a dois dos nove indicadores para os quais há dados: alinhamento e reforço das capacidades para a coordenação. Conclui que a adesão aos parâmetros da eficácia da ajuda não foi acompanhada por uma verdadeira liderança responsabilização conjunta por parte do governo e dos doadores.

Como vimos, há pouca harmonização dos procedimentos dos doadores, e a coordenação entre eles é fraca. Muitos nem sequer têm representação directa no país, estando as representações asseguradas através de capitais de países da região, o que dificulta a comunicação com o governo de STP e entre eles. STP também tem demonstrado pouco interesse na coordenação entre doadores porque não existe uma visão estratégica para orientação da ajuda externa que evite a duplicação.

A cooperação bilateral é apontada como um sector onde há bastante trabalho a fazer no sentido da articulação da ENRP com os projectos e fundos disponibilizados. Para além disso a inexistência da nova ENRP dificultou o alinhamento por parte dos doadores, como demonstra o caso do atraso do Banco Mundial explicado acima, em avançar com a programação normal, estando ainda a aplicar uma estratégia interina para o país.

O facto de os desembolsos serem feitos sem ligação com a ENRP torna a condicionalidade ainda mais obscura uma vez que não são conhecidos os critérios de desembolso e cada doador terá os seus. Isto tem impactos negativos na margem de manobra do governo. Neste caso, a ENRP apesar de ser um instrumento imposto poderia constituir na sua substância uma arma de negociação e orientação da relação entre governo e doadores, que não tem sido aproveitada.

## **Cultura política e organizacional**

Seibert (2006) demonstra como as mudanças institucionais baseadas nos modelos externos alteraram os padrões locais de cultura política e de formas de fazer política

em STP. Tais alterações reflectem-se nos processos de elaboração e implementação das ENRP.

O Governo comprometeu-se a elaborar uma Carta sobre a Política de Ajuda ao Desenvolvimento, o que em muito ajudaria na definição de uma abordagem estratégica ao relacionamento com uma crescente diversidade de doadores, com agendas e modelos de cooperação bastante diferentes.

Outro factor apontado é o factor cultural, com uma administração pública que apresentava dificuldades de rigor, organização e racionalização de recursos (David, Tiny et al., 2012). Para além disso deve referir-se um constrangimento importante de que sofre toda a administração pública em STP que é por um lado a fraca qualificação da administração pública (Seibert, 2006, p. 395) e por outro lado o elevado grau de rotatividade dos funcionários, o que não permite a consolidação de um corpo técnico com conhecimento especializado nas diversas matérias de interesse para o país. A Avaliação de Implementação da ENRP de 2007 (MPF STP, 2007) aponta a desmotivação dos funcionários como um dos constrangimentos importantes a referir.

Alguns observadores notam a inflexibilidade dos funcionários em realizar tarefas que não as estritamente definidas no âmbito das suas tarefas, havendo quem justifique tal com o facto de os salários da função pública serem baixos e qualquer função adicional ter que ser remunerada para além do salário normal. Isto gera entropia no sistema, falta de mobilização, iniciativa e liderança. Por outro lado, é fundamental o estabelecimento da competência como um dos critérios fundamentais para atribuição de responsabilidades e uma coordenação multisectorial para a total utilização dos recursos humanos existentes e a sua constante actualização (Campos, 2008). Todos estes factores contribuem não só para falhas ao nível da formulação das ENRP como sobretudo ao nível da sua implementação.

## **Conclusões**

Este artigo propôs-se analisar o processo de construção das políticas de redução da pobreza em STP, identificando potenciais e limitações à apropriação nacional.

Conclui-se que mesmo quando as ENRP são resultado de processos participativos e inclusivos, isso não garante a efectiva apropriação por nenhum dos actores envolvidos. A fase de implementação é fundamental para aferir a real apropriação e no caso de STP tornou-se claro que o processo de elaboração da ENRP cumpriu os requisitos internacionais mas que a sua implementação revelou a falta de apropriação efectiva. A crescente marginalização da agenda da redução da pobreza no seio das estruturas institucionais permite-nos concluir que se tratou de um processo elaborado com o objectivo de atingir o ponto de conclusão do alívio da dívida e que perdeu importância logo a seguir, quer para o governo, quer para os doadores.

A ancoragem institucional dos documentos e das estruturas de acompanhamento das ENRP é fundamental para garantir a efectiva implementação das prioridades neles identificadas. Sem uma componente de peso político e a disponibilização de recursos humanos e materiais, perde-se a capacidade de manter o ímpeto ao longo dos anos



e perde-se também a noção dos resultados atingidos.

Para tal é também fundamental haver uma visão política coerente para o desenvolvimento e fazer convergir os diversos documentos de desenvolvimento em torno de prioridades que correspondam às necessidades e aos desejos da população. O envolvimento do parlamento é importante para conferir a necessária legitimidade democrática, mas deve ser um envolvimento efectivo ao nível dos conteúdos e não apenas formal.

A influência externa tem sido prevalecte ao longo da história de São Tomé e Príncipe. No entanto não são aparentes contradições fundamentais de posição que oponham o governo aos doadores. Na verdade o que se verifica é uma relativa ausência de posição política forte por parte do governo que pudesse ser contrastada aos doadores. A Influência externa não é verificável através da oposição de posições porque STP não tem posição clara em muitas das matérias e isso parece derivar menos da falta de capacidade e formação de quadros do que de uma cultura política e organizacional passiva: há a possibilidade de definição de opções políticas autónomas mas não há cultura de negociação com os doadores.

Nalgumas situações a existência de mecanismos de coordenação implicam fóruns em que os doadores procuram dar instruções e retiram capacidade de liderança. Noutras situações, como é o caso de STP a própria ausência de estruturas de coordenação indicia falta de liderança de STP, que seria benéfica para a coordenação dos doadores no sentido de evitar duplicação de financiamentos.

A ENRP constitui pois, mais do que um instrumento burocrático, um instrumento político tanto a nível interno como sobretudo a nível externo, legitimado pela Declaração de Paris e em torno do qual os doadores devem alinhar os seus contributos. A cultura política assente na percepção da dependência da ajuda como uma condição de fatal subalternidade tem impedido um real investimento nas ENRP por parte do governo. Estas podem constituir elementos estratégicos que o governo pode usar para levar os doadores a financiar as áreas identificadas ao nível nacional como prioritárias, evitando assim duplicações ou áreas orfãs da ajuda.

## Referências

AFDB (2012). São Tomé and Príncipe – Maximizing Oil Wealth for Equitable Growth and Sustainable Socio-Economic Development. Retirado de <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Sao%20Tome%20and%20Principe%20-%20Maximizing%20oil%20wealth%20for%20equitable%20growth%20and%20sustainable%20socio-economic%20development.pdf>, acedido em 05/03/2012.

Barbosa, J. G. (2001). Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe. ISEG. Retirado de [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%C3%BAblicas\(vers%C3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca\).pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%C3%BAblicas(vers%C3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca).pdf), acedido em 15/05/2012.

Briseid, M., L. Collinson, et al. (2008). Domestic Ownership Or Foreign Control? A content Analysis Of Poverty Reduction Strategy Papers From Eight Countries. Crisis States Occasional Papers, Nº 5, March 2008. Retirado de <http://www.crisisstates.com/download/op/OP5Briseid>.

pdf, acessido em 25/09/2010.

Cabral, L. (2010). Brazil: an emerging aid player. ODI Briefing Papers 64. Retirado de <http://www.odi.org.uk/resources/docs/6295.pdf>, acessido em 03/04/2011.

Campos, F. (2008). O Lugar E O Papel Da Cooperação Internacional No Desenvolvimento De São Tomé E Príncipe. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias 1646-4028 12. Retirado de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/990>, acessido em 03/04/2012.

Costa, I. (2010). Contributos do PNUD para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13549/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20Contributos%20do%20PNUD%20para%20o%20Desenvolvi.pdf>, acessido em 03/02/2012.

Cravo, C., L. Londaitzbehre, et al. (2010). Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe. ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos. Retirado de [http://www.acep.pt/portals/0/Documentos/Livros/FONG\\_online\\_.pdf](http://www.acep.pt/portals/0/Documentos/Livros/FONG_online_.pdf), acessido em 05/03/2012.

David, A., D. Tiny, et al. (2012). Relatório de Avaliação Da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2003-2010.02/2012, CIAD. 02/2012.

FMI (2007). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Debt Relief at the Completion Point Under the Heavily Indebted Poor Countries Initiative and Under the Multilateral Debt Relief Initiative. IMF Country Report No. 07/173. Retirado de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr07173.pdf>, acessido em 05/03/2012.

FMI (2009). Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas. Retirado de [http://www.min-financas.st/pdf/relatorio\\_fmi.pdf](http://www.min-financas.st/pdf/relatorio_fmi.pdf), acessido em 05/03/2012.

Human Rights Council (2011). National report submitted in accordance with paragraph 15 (a) of the annex to Human Rights Council resolution 5/1: São Tomé and Príncipe. A/HRC/WG.6/10/STP/1, 25 January 2011. Retirado de [http://www.aidh.org/ONU\\_GE/conseilddh/examen/Images/10\\_ST\\_Rapport.pdf](http://www.aidh.org/ONU_GE/conseilddh/examen/Images/10_ST_Rapport.pdf) acessido em 05/03/2012.

Humphreys, M., W. A. Masters, et al. (2006). The role of leaders in democratic deliberations: results from a field experiment in São Tomé and Príncipe. In World Politics 58 (04): 583-622

IFAD and IMF. (2012). Rural poverty in Sao Tome and Principe. Retirado de <http://www.rural-povertyportal.org/web/guest/country/home/tags/sao%20tome%20and%20principe>, acessido em 05/03/2012.

IMF (2011). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: 2011 Article IV Consultation. IMF Country Report nº 12/34. Retirado de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr1234.pdf>, acessido em 30/05/2012.

International Budget Partnership (2010). Open Budget Index 2010: São Tomé e Príncipe. Retirado de <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/2011/04/OBI2010-SaoTome.pdf>, acessido em 15/05/2012.

MPF STP (1998). ETUDE NATIONALE DE PERSPECTIVE A LONG TERME: São Tomé et Príncipe

2025. PROJET: STP/95/004. Retirado de <http://www.juristep.com/relatorios/nltps.pdf>, acedido em 05/03/2012.

MPF STP (2000). Interim Poverty Reduction Strategy Paper for 2000-02. Retirado de <http://www.imf.org/external/np/prsp/2000/stp/01/>, acedido em 05/03/2012.

MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de [http://www.juristep.com/relatorios/estrategia\\_reducao\\_pobreza.pdf](http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf), acedido em 05/03/2012.

MPF STP (2007). Relatório de Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de <http://www.uns.st/fr/download/PROGRESS%20DSRP%202007-POR.pdf>, acedido em 05/03/2012.

MPF STP (2011). Relatório Sobre A Actividade Desenvolvida Pelo Ministério Do Plano E Das Finanças Do Xiii Governo Constitucional Da República Democrática De São Tomé E Príncipe. Retirado de [http://min-financas.st/pdf/re\\_l\\_mpf.pdf](http://min-financas.st/pdf/re_l_mpf.pdf), acedido em 05/03/2012.

OCDE (2012). Enquête 2011 de suivi de la mise en œuvre de la Déclaration de Paris - Chapitre de Pays São Tomé-et-Príncipe. Unpublished report, draft version. Retirado de, acedido em

PNUD (2009). Mise En Place De Mecanisme De Suivi Dsrp/Plan National Strategique De Long Terme. Report number 41583. Retirado de <http://erc.undp.org/evaluationadmin/manageevaluation/viewevaluationdetail.html?evalid=4602>, acedido em 03/04/2012.

PNUD (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Nova Iorque, PNUD. Retirado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>, acedido em 15/05/2012.

República de São Tomé e Príncipe (2003). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Sangreman, C. (2001). O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Documento de Trabalho nº 62, Lisboa, CEsa, ISEG. Retirado de [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/62.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/62.pdf), acedido em 05/03/2012.

Seibert, G. (2006). Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe. Leiden and Boston, Brill.

Seibert, G. (2008). São Tomé and Príncipe: The Troubles of Oil in na Aid-Dependent Micro-State. In K. Omeje, (Ed.) Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics. Aldershot, Ashgate: 119-134.

UNCT (2012). São Tomé et Príncipe, UNDAF 2012-2016. Retirado de <http://www.uns.st/undp/fr/download/UNDAF%20Final%20STP.pdf>, acedido em 05/05/2012.

UNDP (2011). Final External Evaluation Report Project “Strengthening Leaderships”. Retirado de <http://erc.undp.org/evaluationadmin/manageevaluation/viewevaluationdetail.html?evalid=4605>, acedido em 05/03/2012.

Wood, A. (2006). Tightening the Chains or Cutting the Strings? The Status of HIPC Conditionality in 2006. London: Jubilee Debt Campaign. Retirado de <http://www.jubileedebtcampaign.org.uk/>

Tightening3720the3720chains3720or3720cutting3720the3720strings373F+2341.twl, acedido em 14/05/2012.

World Bank (2001). PRSP Sourcebook. Retirado de <http://go.worldbank.org/JFUR0KRGD0>, acedido em 01/10/2010.

World Bank (2006). Sao Tome and Principe - Aid Effectiveness Profile. Retirado de <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/0,,contentMDK:20981612~pagePK:41367~piPK:51533~theSitePK:40941~isCURL:Y,00.html>, acedido em 05/03/2012.

World Bank (2011a). Sao Tome and Principe - Interim strategy note. Retirado de <http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/04/14118485/sao-tome-principe-interim-strategy-note>, acedido em 05/03/2012.

World Bank. (2011b). World Development Indicators. Retirado de <http://data.worldbank.org/> indicator, acedido em 14/05/2012.